

# ANDAM DESARTICULADOS OS TEMPOS

Avance de investigación em curso

Gt 18: reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

DANIELA RIBEIRO CASTILHO

Faculdade de castanhal – fcat/

**RESUMO:** As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a partir do processo de reestruturação produtiva, impõe novas formas de organização dos processos de trabalho, entre elas a precarização e flexibilização das relações de trabalho. Tais mudanças alteram as condições objetivas (emprego e salário) e subjetivas (consciência) da classe trabalhadora. O presente artigo tem como objetivo caracterizar tais condições à luz do pensamento de Marx e analisar os reflexos no processo de organização da classe.

**Palavras-chave:** Trabalho, Classe, Reestruturação Produtiva

**RESUMEN:** Los cambios que ocurren en el mundo del trabajo, del proceso de reestructuración, impone nuevas formas de organización de los procesos de trabajo, entre ellas, la flexibilidad y la precariedad de las relaciones laborales. Estos cambios alteran las condiciones objetivas (empleo y salarios) y subjetivos (conciencia) de la clase obrera. Este trabajo tiene como objetivo caracterizar las condiciones de luz de Marx y analizar las reflexiones en el proceso de organización de la clase.

**Palabras clave:** Trabajo, Clase, Reconversión Productiva

## 1. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho vem sofrendo grandes alterações em nome de uma racionalidade econômica, baseada na lucratividade e competitividade das organizações e na precariedade das condições de trabalho. A crise do modelo taylorista/fordista e o advento do toyotismo produzem novas maneiras da organização do trabalho, como a flexibilização das relações de produção e a captura subjetiva dos trabalhadores.

Para entender as alterações no “modo de ser” do capitalismo é fundamental perceber o sentido histórico das crises no processo de desenvolvimento do capital, seja como crise econômica (Marx, 1989) seja como crise orgânica e sua dimensão política, características estas inelimináveis do próprio sistema. Estas crises são formas de reorganização do capital e que exprimem a falta de equilíbrio entre produção e consumo, comprometendo dessa forma a realização da mais-valia em lucro (Mota, 2009).

Esse panorama, fruto do processo de reestruturação produtiva e da crise do capital, impulsiona, em sua materialidade, as transformações ocorridas no trabalho e na fragmentação da classe trabalhadora, produzindo o desemprego estrutural e o crescimento da sub-proletarização em escala mundial.

Esse processo, que será chamado por Chesnais (1997) de mundialização do capital, leva ao acirramento da competitividade a qualquer custo e ao aumento das desigualdades sociais, não apenas pela divisão social do trabalho, mas também por práticas organizacionais que influenciam negativamente nos indivíduos. A exclusão cada vez maior do trabalhador cria uma separação entre trabalho e indivíduo, fragmentando sua consciência coletiva, deslocando e separando o sentido pessoal do trabalho de seu significado social.

A diversificação dos mercados e o desenvolvimento tecnológico impunham uma nova realidade fabril. Equipamentos de produção não podiam, por exemplo, ter somente uma utilidade, sob pena de se tornarem superados. “O sistema de produção em massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. O sistema produtivo flexível surgiu como uma possível resposta para superar essa rigidez”. (Castells, 1999, p. 176).

A essa realidade Harvey (1989) denominará de acumulação flexível, ou seja, o cenário que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, pelo surgimento de novos setores de produção, dos novos serviços financeiros, das elevadas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, das barreiras comerciais e do novo papel do Estado, não só mais como o único responsável pelas políticas sociais, mas agora as dividindo com a iniciativa privada. Essas transformações econômicas tiveram também como apoio as mudanças ocorridas no âmbito político, por meio do projeto neoliberal.

Essa flexibilidade atinge diretamente os trabalhadores, solapando de vez a perspectiva de manterem-se em um emprego regular, integral e sólido, passando a ser uma característica marcante desse modelo o crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário, por tempo determinado ou sub-contratado, efêmero e fugidio.

O novo modelo possibilita a flexibilização de produtos, de processos e de pessoas. Não há mais espaço para produção em massa e ciclo de estoques. O sistema *just in time* (na hora) substitui, então, a produção em massa, já que se limita a atender a demanda específica e limitada. Essa constante troca e flexibilidade põem fim à estabilidade do contrato de trabalho por meio da retirada de direitos sociais, da negação da segurança e da alta rotatividade (Bauman, 2001).

É por, fazer parte de uma estrutura integradora à lógica do capitalismo mundial, que o processo de acumulação flexível impede qualquer política de emancipação e autonomia do mundo do trabalho. A promessa idealizada pelo fordismo, de inclusão social, não se efetiva também no toyotismo, ao contrário, é substituída gradativamente pela idéia de um trabalhador politécnico, mas que ainda permanece mergulhado agora numa nova forma de estranhamento e fetichismo.

Precarização e flexibilidade passam a ser o slogan do momento, preconizando o fim do “emprego que conhecemos”, instaurando em seu lugar as novas modalidades de trabalho, seja por contratos de curto prazo, ou até mesmo sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas “até nova ordem”, contribuindo para um processo de individualização, dividindo, ao contrário de unir, a classe trabalhadora, esvaziando, assim, o significado de “interesse comum”. Essa flexibilidade no mercado de trabalho produz uma nova massa de trabalhadores caracterizada pela docilidade e dificuldade de oferecer algum tipo de resistência organizada diante de qualquer ação ou atitude tomada pelo capital.

A perda de significado de determinados valores coletivos causa medos, ansiedades e angústias aos trabalhadores, que só contribuem para o aumento da solidão destes homens-máquinas, que têm dificuldades de se solidarizarem e de lutarem por “causas comuns”.

Ao conversar com pessoas que foram atingidas pelas novas condições de emprego ou então pelo desemprego, Pierre Bordieu (1993) ouviu diversas vezes que

“em face das novas formas de exploração, notavelmente favorecidas pela desregulação do trabalho e pelo desenvolvimento do emprego temporário, as formas tradicionais de ação sindical são consideradas inadequadas”, concluindo então que situações atuais “quebraram os fundamentos das solidariedades passadas” e que o conseqüente “desencantamento vai de mãos dadas com o desaparecimento do espírito de militância e participação política.” (Bordieu, 1993, p. 628 – 631).

No chamado mundo do trabalho “flexível”, com trabalhadores, salários e vidas “flexíveis”, que mudam de lugar, entram e saem irregularmente do mercado, a máquina é o único padrão de ordem ao qual o trabalhador está submetido. Nesse mundo “flexível”, a dificuldade é algo que deve ser abolida, e por um terrível paradoxo, é ela que propicia ao homem um desenvolvimento crítico de seu pensar. Ao negá-la, pelas próprias imposições das organizações e do modelo flexível de trabalho, a atividade executada pelo trabalhador torna-se acrítica e indiferente a quem executa.

Dessa forma, o trabalhador passa a ser o elemento de “flexibilidade, temporalidade e precariedade” nesta relação, o que significa dizer que, a qualquer movimento o capital pode, sem nenhum ônus, romper essa relação por meio da quebra de contrato de trabalho. O fim dos contratos por tempo indeterminado é uma realidade, restaurando, com isso, a insegurança e a alta rotatividade, que impede que o trabalhador consiga obter certa estabilidade (Bauman, 2001). A sensação de fracasso, a constante incerteza e as mudanças rápidas corroem não só o trabalho, mas seu caráter, a sua família e mesmo suas perspectivas de vida.

Nesse sentido, o processo de acumulação flexível afeta o caráter pessoal do trabalhador, já que não possibilita a construção de uma história linear de vida, apoiada na experiência e na coletividade. A flexibilização no trabalho se traduz ainda na flexibilização das relações sociais e também na flexibilização do caráter, baseada na inexistência de apego às coisas e às pessoas por um longo prazo e pela aceitação pacífica a todo esse processo de fragmentação (Senett, 2006).

Essa flexibilidade nas relações de trabalho realizada por meio do processo de reestruturação produtiva somente pôde ser colocada em prática devido a uma gama de políticas públicas flexibilizadas pelos Estados, orquestradas mundialmente, dando ao mercado pleno e amplo poder de agora ditar as regras por meio de sua política neoliberal.

Essa flexibilização do capitalismo que objetiva acentuar o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, quebra de vez os valores enaltecidos pelo fordismo. A valorização exacerbada do individualismo é a condição necessária para a transição do fordismo para a acumulação flexível onde o trabalhador, enquanto “dono” de todo o seu processo, personifica ora o sucesso, ora o fracasso de suas ações. Tudo depende somente dele e se não fizer bem, ou seja, não atingir a meta estipulada, tudo o mais estará ameaçado.

É nos escritos de Marx (1989) que se entende que os processos sociais agem no capitalismo caracterizados por promover o individualismo, a alienação, a fragmentação, a efemeridade, a inovação, a destruição criativa, o desenvolvimento especulativo, as mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e de consumo e a mudança da experiência do espaço e do tempo.

## **2. OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL**

Ao se fazer um rápido paralelo pode-se notar que as transformações que estavam acontecendo nos países de capitalismo avançado foram introduzidas gradativamente no Brasil; em um primeiro momento nas indústrias automobilísticas e, posteriormente, nas demais indústrias. No Brasil, este processo foi chamado, por Leite (2003), como “*just in time* taylorizado”, em que caberia à gerência dirigir a fábrica como uma máquina, numa estratégia que careceria de envolvimento e compromisso, dependendo mais da coerção e da pressão sobre os próprios trabalhadores.

Esse “novo” reordenamento modificou também as relações trabalhistas implantadas pelas grandes empresas no Brasil, com o objetivo de aumentarem sua margem de lucro, manterem-se competitivas e reduzirem custos, principalmente de mão-de-obra. Essa realidade, como bem se refere Harvey (1989), é, na verdade, o processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, que não é uma realidade específica dos países centrais, mas também nos periféricos. Esse quadro institucional, segundo Harvey, “propicia uma aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou sub-contratado” (Harvey, 1989, p.143).

Para Dejours (1999), a nova realidade do trabalho, de crescente desemprego, gera elementos de insatisfação, medo, receio, angústia, dor, sofrimento, infelicidade e precarização das condições de trabalho colocados

“...como componentes das imposições da organização do trabalho, quando este impõe rigidez de horários, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, de adaptação da cultura ou à ideologia da empresa.” (Dejours, 1999, p.28)

Segundo ainda Dejours (1999) o corpo domesticado e disciplinado é a primeira vítima do modo de sociabilidade capitalista que cede aos obstáculos próprios do trabalho fetichizado; e, dessa maneira, delinea-se um corpo indefeso, explorado e desprotegido pela carência de seu abrigo natural, que é o aparelho psíquico.

As relações de trabalho, ainda para Dejours (1999), dentro das organizações capitalistas, em geral, alienam o trabalhador de sua subjetividade, retirando a possibilidade de se construir enquanto sujeito histórico, impedindo a sua realização e o exercício pleno de seu potencial criativo pelo trabalho.

Avalia-se que o aumento do desemprego no setor industrial, em virtude da abertura de mercado, contribuiu para o crescimento da informalidade e a queda de salário. Segundo Mattoso (1999), na década de 90 o desemprego chegou a atingir 20% da população economicamente ativa (PEA) e o crescimento da informalidade, segundo o autor, “inverteu depois de várias décadas de extraordinário dinamismo, a capacidade da economia de gerar postos de trabalho não apenas relativamente à elevação da produtividade, mas em termos absolutos”. (Mattoso, 1999, p.17).

As transformações colocadas em prática pelo processo de reestruturação produtiva repercutiram severamente na organização dos trabalhadores. Viu-se o solapamento, a fragmentação e o retrocesso do poder sindical; a rápida destruição e reconstrução de habilidades; ganhos modestos de salários reais; grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados, sub-empregados e temporários); combate cerrado aos sindicatos de esquerda; cooptação da lideranças; propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados acompanhados de um discurso sobre o fim do trabalho, presente no pensamento pós-moderno e por conta disso, da crítica aquilo que Lukács (1979) chama de “processualidade humana,” e por fim, a tentativa de explicar a emergência de novos movimentos sociais, não mais pela categoria classe social, e sim pela categoria identidade.

Ora, ao se querer substituir a categoria classe social pela de identidade, busca-se de fato, redimensionar a forma explicativa das relações sociais sob o domínio de uma sociabilidade capitalista. Isso que dizer que a sociedade burguesa não se explicaria mais pela relação conflitante entre capital e trabalho, pois este último não seria mais o elemento regulador para o desenvolvimento de uma sociabilidade humana.

Nesse sentido, cabe aqui conceituarmos com propriedade a importância da categoria trabalho e sua relevância no processo de constituição do ser social.

### **3. SEM O SEU TRABALHO, UM HOMEM NÃO TEM HONRA: O TRABALHO COMO ELEMENTO CENTRAL DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS**

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, realizadas pelo avanço tecnológico, produz novas morfologias e que, segundo alguns autores como Gorz (1982) e Offe (1989), ocasionam uma crise atual de falta de emprego, e que, por conseguinte, leva a uma necessidade cada vez menor de trabalho social para se produzir um número maior de mercadorias. Essa situação é que cria segundo os autores, o “neo-proletariado”, que se caracteriza pelos trabalhadores temporários, precarizados, parciais e desempregados.

Para Gorz (1982), o proletariado, ao contrário do que acreditava Marx (1989), não foi capaz de acabar com o sistema capitalista e nem de se reapropriar do sistema produtivo. Dessa forma, o proletariado teria se mostrado “constitutivamente incapaz de se tornar sujeito de poder” (Gorz, 1982, p. 80), encontrando seu final de linha como agente de sua própria história, capaz de realizar a revolução contra o sistema capitalista.

Antunes (1995) chama a atenção para o fato de Gorz (1982) não reconhecer de forma alguma o papel revolucionário do proletariado, como se a adaptação ao capital fosse algo irreversível, o que só poderia ser enfrentado, com a superação do capital, por meio da organização e mobilização da classe trabalhadora.

Para Antunes (2004) o trabalho para o ser humano, é “condição para sua existência social” (Antunes, 2004, p.8); é ação essencial, pois o indivíduo é colocado em contato direto com a natureza. Ele é, nesse caso, o que possibilita ao homem atingir sua humanidade. No pensamento marxiano, “como criador de valores de uso, trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana” (Marx, 1996, p. 165).

Isso mostra o quanto Marx (1996) acreditava no papel revolucionário da classe trabalhadora, como classe que constrói a sua história de maneira coletiva. A centralidade do trabalho para Marx (1996) era um dos mais importantes fundamentos que o levaria a propor a superação da subordinação do trabalho pelo capital.

Tanto Offe (1989) quanto Gorz (1982) parecem confundir a crise do proletariado com a crise do trabalho. Como bem fala Lessa,

“Isso se evidencia, por exemplo, nas análises que tanto Lukács como Marx fizeram das sociedades anteriores ao capitalismo. Nesses estudos, continua a ser a categoria fundante, mas de modo algum, disso decorre a centralidade política dos trabalhadores. E isso por uma razão bastante simples: entre o trabalho enquanto categoria fundante e a esfera da política e da luta de classes se interpõe a fatalidade social, o conjunto das relações sociais. Portanto, a afirmação ou a negação da centralidade política dos trabalhadores requer a análise de complexos sociais que vão além da afirmação – ou da negação – da centralidade ontológica do trabalho” (Lessa, 2002, p.35).

A realidade social, só se materializa por meio do modo de produzir dos seres humanos. Por isso que a base da formação do ser social se dá pelo trabalho, como bem fala Lukács:

“O ser social – em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados domínios do espírito” (Lukács, 1979, p. 19-20)

Mas, de modo igualmente nítido, a ontologia marxiana do ser social exclui a transformação simplista, materialista, vulgar das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do ‘darwinismo social’. “As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais”. (Lukács, 1979, p.17).

Assim, a centralidade do trabalho deve ser compreendida em sua primazia na formação estrutural da sociedade capitalista, do sistema estabelecido entre proprietários e não-proprietários, que se completa com o sistema de expropriação de mais-valia e maximização dos lucros.

Acredita-se que não terão bases de sustentação as teses sobre o fim do trabalho, mesmo com todo o desenvolvimento da tecnologia, por um simples fato: esta não se torna real sem o trabalho humano. Somente o homem tem essa capacidade criativa e de concepção, e o fim do trabalho como elemento central dessas relações seria, na verdade, o fim da humanidade. Isso muda, mas a essência, a gênese dos seres humanos é, dessa forma, indivisível do trabalho, cuja característica fundamental é seu caráter ontológico.

#### **4. AS REVOLUÇÕES SE PRODUZEM NOS BECOS SEM SAÍDA: AS INSEGURANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E OS DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA**

O processo de reestruturação produtiva tem um impacto brutal na organização da classe trabalhadora produzindo um processo de flexibilização das relações trabalhistas, por meio da exclusão gradativa da rede protetora de direitos básicos do Estado, da informalização e precarização do trabalho.

Desfacela-se então a espinha dorsal da classe, através de um processo crescente de individualização, no qual o trabalhador se vê obrigado a se adaptar às novas formas de organização do trabalho, sejam elas informais; com registro temporário, informais sem registro; como é o caso dos trabalhos em domicílios ou informais por conta própria; como é o caso de trabalhadores que subcontratam outros trabalhadores.

Assim, o trabalho deixa de ter importância social, já que, por sua origem, esse espaço do trabalho acaba sendo um espaço social no qual se pode conviver com os outros indivíduos, tornando-se assim um espaço de convivência social. Dessa forma, o mundo do trabalho oportuniza, através da organização do trabalho, a “amplitude” da desconstrução da sobrevivência humana. Como diz Cruz,

“é nele (no trabalho) que se desenvolve o significado de pertencimento nas pessoas. O mundo do trabalho é o mundo onde nos organizamos, planejamos o nosso presente e o nosso futuro, adquirimos experiência prática e nos reafirmamos socialmente [...] o sentido de ser está intimamente ligado ao sentido de ter. A menor incompatibilidade entre esses dois sentidos gera o estresse, a desmotivação, o desinteresse, a insatisfação consigo mesmo e a loucura.” (Cruz, 1999, p.177).

Para Mézaros, nesse processo de falta de sentido por conta da alienação “o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero fator material de produção – subvertendo, desse modo, não só na teoria, mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto”. (Mézaros, 2002, p. 25).

A combinação do processo de reestruturação produtiva e da saída do Estado como o único responsável pelas políticas sociais e interventor do mercado resultou na fragmentação da classe trabalhadora e a empurrou para dois grupos diferenciados.

De um lado, os trabalhadores mais qualificados, com maior grau de instrução e, por conta disso, uma exigência maior de participação e polivalência. Esses trabalhadores encontram-se principalmente em grandes empresas multinacionais e de ponta. (Mattoso, 1994).

De outro lado, os trabalhadores precarizados, contratados temporariamente ou sub-contratados na qualidade de ‘terceiros’. Esse grupo de trabalhadores é muito maior que o primeiro e caracteriza-se pela completa desregulamentação das condições de trabalho, baixa remuneração, perda da rede de proteção social e esvaziamento do movimento sindical. (Antunes, 1995).

Essas mudanças ocorridas no seio da classe vêm afetando sua organização política, por meio da fragmentação e pulverização dos sindicatos como também da sua heterogeneização e descaracterização enquanto classe social, dividindo-os em ‘estáveis’ e ‘precarizados’, gerando um sentimento crescente de insegurança.

Segundo Mattoso, este sentimento é somente “a ponta de um iceberg, onde outras inseguranças como a do emprego, a da renda, a da contratação e a da representação do trabalho, por meio da acentuada redução dos níveis de sindicalização tornam-se importantes e crescentes” (Mattoso, 1998, p.62). Para esse autor, essa primeira insegurança sentida pelo trabalhador é em relação ao emprego, identificada pela redução do emprego na área industrial.

A segunda insegurança vivida pelos trabalhadores é em relação à da renda, reflexo, por um lado, do distanciamento da relação salário versus produtividade, que propiciou um movimento crescente variável, instável ou sem garantia dos rendimentos do trabalho, e por outro lado, do processo de reestruturação setorial do emprego, das maiores diferenças salariais e das desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos.

Outras inseguranças vivenciadas ainda, são o aumento da pobreza e dos trabalhadores que não têm nenhum tipo de proteção prescrita nas leis trabalhistas, por conta de sua situação de subcontratados ou temporários; à contratação observada pela disposição à negociação e à regulação do trabalho por meio de formas mais individualistas e promocionais; à representação do trabalho, verificado pela nítida e latente diminuição dos níveis de sindicalização, que se sucedeu em meados dos anos 80 e que evidenciou o afastamento da participação das organizações dos trabalhadores nos acontecimentos sociais, além do enfraquecimento de suas ações de conflito e negociação, dando espaço para a insegurança na organização dos trabalhadores, colocando-os na defensiva e, em grande parte, reduzindo seus níveis de sindicalização.

Estas alterações no mundo do trabalho acabaram por fragmentar, hererogeneizar e complexificar o conjunto da classe trabalhadora e suas representações políticas e sindicais, criando de um lado e em menor escala trabalhadores “altamente” qualificados e de outro uma massa de trabalhadores hifenizados, como chama Beynon (2002) e que se caracteriza pela falta de qualificação e, portanto, que vivenciarão o desemprego estrutural.

O grande desafio, portanto, para a “*classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho*”, e para os movimentos sindical e operário é re-ligar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que se encontram inseridos no mundo do trabalho, desde os centrais no processo de criação de valor até aqueles que já estão excluídos do processo de produção, mas que pela sua realidade atual, encontram-se em processo de se rebelar contra a barbárie do capital que atinge o sócio-metabolismo da classe.

Dessa forma, deve-se ter o cuidado para não incorrer no erro determinista de um lado, de uma análise estritamente econômica, que desconsidera o processo de luta de classes e com ela a esfera ideológica, e de outro lado, de uma análise eminentemente politicista, que exclui o campo da economia política e com ela sua objetividade e materialidade.

Novos desafios aparecem com a revolução ocorrida nas esferas da produção e nas formas ocupacionais, como por exemplo, o trabalho à distância. Lutas e manifestações (em países europeus e centrais) para reduzir a carga horária de trabalho e, quando atendidas, levam o trabalhador com esse tempo livre, a se direcionar a atividades ligadas ao consumo. Ao mesmo tempo, a introdução de novos aparatos tecnológicos tem implicado na retirada dos trabalhadores de seus postos de trabalho.

O discurso orquestrado em relação à produtividade parece esconder uma ‘contradição viva’ do capital: a aceitação por meio da sujeição a essas atuais condições e que na verdade escondem o medo do desemprego. Assim, o trabalhador se vê obrigado a se adaptar a essas novas habilidades cognitivas e comportamentais. Em relação a isso, Alves (2007) diz que: “sob o metabolismo do capital, as novas qualificações não são propriamente atributos do ‘trabalho vivo’, mas são objetivações imateriais do ‘trabalho morto’”. (ALVES, 2007, p. 255).

Portanto, como nos indica Antunes (2004) é necessário compreender as mediações e múltiplas faces da crise do capital e seu rebatimento na classe trabalhadora apreendendo as mudanças, estudando os movimentos que nascem da pletora das lutas sociais e criando alternativas que coloquem de volta à

cena, sindicatos e movimentos sociais combativos que representem os interesses de classe e não mais setoriais.

## REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, São Paulo: Cortez: Ed. Da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_.(Org.) *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2002

BORDIEU, Pierre (Org.), *A Miséria do Mundo*, Paris: Seuil, 1993, p.628 – 631.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*, vol. I de *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1997.

CRUZ, Roberto Moraes. Formação Profissional e Formação Humana: Os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. IN: AUED, Bernadete Wrublewski (Org). *Educação para o (des)emprego*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999. p.175.

DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho: Estudo da Psicopatologia do Trabalho*. Ed. Oboré, São Paulo, 1999, 163p

GORZ, André. Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, 1989. p- 137 – 162.

LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho e Sociedade em Transformação*. Ed. Perseu Abramo, São Paulo, 2003. p- 67 – 113.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos Homens*. São Paulo, Boitempo, 2002.

LUKÁCS, György. *Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 13ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

\_\_\_\_\_. (1996). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret.

MATTOSO, Jorge E.L. “O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados”. IN: OLIVEIRA, Carlos Alonso *de et al* (org). *O Mundo do Trabalho: Crise e mudança no final do século*. São Paulo. Ed. Página Aberta, Scritta, nov. 1994. pp. 521-562.

\_\_\_\_\_.Transformações Econômicas Recentes e Mudanças no Mundo do Trabalho IN: *Economia e Trabalho*. Ed. Unicamp, São Paulo, 1998, p – 62 – 76.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1999

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo. 2002.



MOTA, Ana Elizabeth. Crise Contemporânea e as transformações na produção capitalista. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.

SENNET, Richard. A Corrosão do Caráter. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2006.